10303131226080000 339030 0103000000 Estadual
 Contratado(s):
 Nome: UNO HEALTHCARE CONSULTORIA EM COMERCIO
 EXTERIOR LTDA
 Endereço: R Min Ferreira Alves, Bairro: Perdizes, 208
 CEP. 05009-060 - São Paulo/SP
 Telefone: 1138013446

Ordenador: HÉLIO FRANCO DE MACÊDO JÚNIOR

**PROCESSO ELEITORAL DO CES/PA
 NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 537331
 GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
 CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARÁ – CES/PA
 EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE/CES/PA no uso de suas atribuições, considerando a Lei do CES nº 7.264, de 24/04/2009 e a Resolução 453/2012, do Conselho Nacional de Saúde e nos termos do Regimento Eleitoral, E;

Considerando os termos do inciso II do Art 9º da Lei Nº 7.264 de 24 de Abril de 2009, as decisões do Conselho Estadual de Saúde do Pará serão substanciadas em Resoluções e homologadas pelo Chefe do Poder Executivo;

Considerando a decisão dos membros do Conselho Estadual de Saúde – CES/PA, em Reunião Ordinária, realizada no dia 25 de fevereiro de 2013;

Considerando o termino do mandato do Conselho Estadual de Saúde, para o dia 01 de Fevereiro de 2014, de acordo com Decreto de 01 de fevereiro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado nº 32.090, 02 de fevereiro de 2012;

Considerando, a Resolução CES/PA nº 008 de 25 de fevereiro de 2013, que aprovou a composição da Comissão Organizadora para elaborar o Processo Eleitoral do Conselho Estadual de Saúde de 2013, publicado no DOE Nº 32351 de 07/03/2013.

RESOLVÉ;

Art. 1.º - Convocar a Eleição para a escolha das entidades dos movimentos sociais de usuários do SUS, das entidades de trabalhadores de saúde, da comunidade científica da área da saúde, das entidades gestoras e prestadoras de serviços de saúde conveniadas com o Sistema Único de Saúde que indicarão seus representantes para compor o Conselho Estadual de Saúde – CES/PA, cujas às inscrições estarão abertas por 30 (TRINTA) dias, a partir da data da publicação deste Edital de Convocação, para o biênio 2014/2016. Em conformidade com o Regulamento e a Proposta de Regimento Eleitoral a ser publicado pela Comissão do Processo Eleitoral.

Belém/PA, 07 de junho de 2013.

JOSÉ DE RIBAMAR SANTOS DE ASSIS

Presidente do Conselho Estadual de Saúde-CES/PA

HELIO FRANCO DE MACEDO JÚNIOR

Secretário de Estado de Saúde Pública

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
 CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARÁ – CES/PA
 EDITAL DO PROCESSO ELEITORAL**

A COMISSÃO DO PROCESSO ELEITORAL, no uso de suas atribuições, considerando a Lei do CES nº 7.264, de 24/04/2009 e a Resolução 453/2012, do Conselho Nacional de Saúde; e Considerando, a Resolução CES/PA nº 008 de 25 de fevereiro de 2013, que aprovou a composição da Comissão Organizadora para elaborar o Processo Eleitoral do Conselho Estadual de Saúde de 2013, publicado no DOE Nº 32351 de 07/03/2013.

TORNA PÚBLICO;

Art. 1.º - O Regulamento e Regimento Eleitoral, em anexo, que deverá nortear a eleição para a escolha das entidades dos movimentos sociais de usuários do SUS, das entidades de trabalhadores de saúde, da comunidade científica da área da saúde, das entidades gestoras e prestadoras de serviços de saúde conveniadas com o Sistema Único de Saúde que indicarão seus representantes para compor o Conselho Estadual de Saúde – CES/PA, cujo às inscrições estarão abertas por 30 (TRINTA) dias, a partir da data de publicação do Edital de Convocação, para o biênio 2014/2016.

Belém/PA, 07 de junho de 2013.

COMISSÃO DO PROCESSO ELEITORAL

SEGMENTO	TITULAR	SUPLENTE
Gestor/ Prestador	Círia Aurora Ferreira Pimentel/ SESPA	Sara Silva de Medeiros/ COSEMS
Trabalhador	Pedro Gonçalves de Oliveira Neto/SINDSAÚDE	Paulo Tomé de Lima Bronze/ SINDMEPA
Usuários	Raimundinho Missondas Martins Araújo/APPD	Liduína Monteiro Menezes/ UBM
	Gerson Lúcio Gomes Domont/ MOPS	Jurema Maria do Amparo/ FETAGRI

**ANEXO
 REGIMENTO ELEITORAL PARA ESCOLHA DAS ENTIDADES
 E INSTITUIÇÕES PARA COMPOR O CONSELHO ESTADUAL
 DE SAÚDE
 CAPÍTULO I
 DOS OBJETIVOS**

Art. 1º - Este Regimento Eleitoral tem por objetivo regulamentar a eleição das entidades dos movimentos sociais dos usuários do Sistema Único da Saúde - SUS, das entidades de trabalhadores de saúde e da comunidade científica da área de saúde, das entidades e instituições gestoras e prestadoras de serviços de saúde, de acordo com o estabelecido na Lei 7.264/2009, e na Resolução CNS nº 453, de 10.05.2012, para o mandato 2014/2016.

Parágrafo Único - A eleição realizar-se-á após o credenciamento das 10:00 as 13:00 do dia 22 de novembro de 2013, iniciando-se o processo eleitoral a partir da publicação deste Regimento Eleitoral, regulamento e do respectivo Edital de sua convocação e publicação no Diário Oficial do Estado, a cada etapa.

**CAPÍTULO II
 DA COMISSÃO ELEITORAL**

Art. 2º - A eleição será coordenada por uma Comissão Eleitoral composta de 04 (quatro) titulares e 04 (quatro) suplentes indicados paritariamente e eleitos na Plenária da Reunião Ordinária do dia 25 de fevereiro de 2013 pelo Conselho Estadual de Saúde com a seguinte composição:

I - 2 (dois) representantes do segmento dos usuários titular e 2 (dois) suplentes;

II - 1 (um) representante do segmento dos trabalhadores de saúde titular e 1 (um) suplente;

III - 1 (um) representante do segmento gestor/prestador titular e 1 (um) suplente;

§ 1º - As entidades componentes da Comissão eleitoral serão elegíveis.

§ 2º - A composição da comissão eleitoral do Conselho Estadual publicado no Diário Oficial do Estado em 07/03/2013.

§ 3º - A Comissão Eleitoral terá um coordenador e um relator, que serão escolhidos entre os seus membros na primeira reunião após sua constituição.

Art. 3º - Compete à Comissão Eleitoral:

I - decidir a respeito das inscrições de candidaturas;

II - manter sob sua guarda a documentação de todo o processo eleitoral utilizado e proceder à divulgação dos resultados, imediatamente após a conclusão dos trabalhos em cada etapa do referido processo.

III - conduzir e supervisionar o processo eleitoral e deliberar, em primeira instância, sobre questões a ele relativas e em última ao Pleno do Conselho Estadual de Saúde.

IV - requisitar ao Conselho Estadual de Saúde todos os recursos necessários para a realização do processo eleitoral;

V - apresentar ao Conselho Estadual de Saúde relatório do resultado do pleito, bem como observações que possam contribuir para o aperfeiçoamento do processo eleitoral, no prazo de até 30 (trinta) dias, que proclamará o resultado eleitoral mediante a publicação de Resolução de homologação das entidades e ou instituições eleitas;

VI - indicar a mesa coordenadora das plenárias regionais dos segmentos composta por 1 (um) coordenador, 1 (um) secretário e 1(um) relator.

**CAPÍTULO III
 DAS VAGAS**

Art. 4º - As vagas dos representantes do Conselho Estadual de Saúde a serem eleitos como representantes das instituições e entidades dos movimentos sociais conforme previsto no artigo 3º, parágrafo único da Lei Nº 7.264 de 24 de abril de 2009 e que cita o presente Regimento Eleitoral, são em número de 28 (vinte e oito) representantes titulares e 28 (vinte e oito) representantes suplentes assim distribuídas:

I - segmento de entidades de usuários do SUS - 14 (quatorze) membros titulares, 14 (quatorze) membros suplentes;

II - segmentos das entidades dos trabalhadores de saúde - 07 (sete) membros titulares e 07 (sete) membros suplentes;

III - segmento de gestores e prestadores de serviços de saúde filantrópicos, ou privados conveniados com o SUS, e de representantes da comunidade científica da área da saúde- 07 (sete) membros titulares e 07 (sete) membros suplentes.

**CAPÍTULO IV
 DAS INSCRIÇÕES**

Art. 5º - As inscrições para habilitação das entidades dos movimentos sociais de usuários do SUS, das entidades de trabalhadores de saúde e das entidades de gestores e prestadores de serviços de saúde filantrópicos, ou privados conveniados com o SUS, para participarem da eleição, serão protocoladas na Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Saúde, situada Av. Conselheiro Furtado, nº1086, Batista Campos no horário das 8:00 as 12:00 e das 14:00 as 18:00 horas, 30 dias após a publicação do edital de convocação do processo eleitoral.

Parágrafo único - As inscrições para habilitação deverão ser feitas por meio de requerimento dirigido à Comissão Eleitoral, expressando a vontade de participar da eleição, especificando o segmento a que pertence à entidade e a vaga para a qual está se candidatando

**CAPÍTULO V
 DA DOCUMENTAÇÃO**

Art.6º - As entidades e os movimentos sociais que forem se candidatar a vaga no Conselho Estadual de Saúde terão que observar o disposto no art.3º, § único da Lei 7.264 de 24 de abril de 2009 e apresentar no ato da inscrição os seguintes documentos:

I - **AS ENTIDADES DOS MOVIMENTOS DE USUÁRIOS** que pleitearem habilitação para integrarem o Conselho Estadual de Saúde, para serem consideradas aptas, deverão apresentar cópias autenticadas ou cópias simples com apresentação de original dos documentos abaixo relacionados:

a) Atas das 3 (três) últimas Reuniões;

b) Ata de Eleição da última Gestão;

c) Estatuto ou Carta de Princípios;

d) Relatório de atividades realizadas de âmbito estadual no período mínimo de 2 (dois) anos, anteriores a publicação do Edital de Convocação das Entidades para Habilitação no Processo Eleitoral do Conselho Estadual de Saúde do Pará – 2014/2016;

e) A entidade deve apresentar endereço com sede fixa.

II- **AS ENTIDADES DE TRABALHADORES DE SAÚDE** que pleitearem habilitação para integrarem o Conselho Estadual de Saúde, para serem consideradas aptas, deverão apresentar cópias autenticadas ou cópias simples com apresentação de original dos documentos abaixo elencados:

a) Atas das 3 (três) últimas Reuniões;

b) Registro Sindical/código sindical válido, emitido pela SRTE/MTE, quando de direito

c) CNPJ

d) Ata Registrada da última eleição;

e) Estatuto registrado em cartório de ofício.

f) A entidade deve apresentar endereço com sede fixa.

III- **AS ENTIDADES DE GESTÃO, COMUNIDADE CIENTÍFICA E PRESTADORES FILANTRÓPICOS OU PRIVADOS CONVENIADOS COM O SUS** que pleitearem habilitação para integrarem o Conselho Estadual de Saúde para serem consideradas aptas, deverão apresentar cópias autenticadas ou cópias simples com apresentação de original dos documentos abaixo citados:

a) Comprovante Válido do caráter filantrópico da entidade, devidamente emitido por órgão competente, salvo Instituição Pública;

b) CNPJ;

c) Estatuto registrado em cartório;

d) Comprovante Válido de atuação em Pesquisa e Formação de Recursos Humanos voltada para atividade-fim do SUS nos últimos dois anos, anteriormente a publicação do Edital de convocação do processo eleitoral;

e) A instituição deve apresentar endereço com sede fixa.

§1º - Não serão consideradas habilitadas as Entidades que apresentarem pendências nas documentações exigidas até o período determinado.

§2º - no caso do presente regimento entende-se por abrangência estadual da atuação do órgão ou entidade, aquela que possuir atividade ou representação em pelo menos 04 (quatro) **REGIÕES DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ**, estabelecidas pela Resolução da CIB/PA, Nº 83 de 16 de Abril de 2012, sendo necessário para tanto que protocolo Declaração Escrita nesse sentido devidamente assinada pelo responsável legal.

**CAPÍTULO VI
 DO PRAZO**

Art. 7º- Para se habilitarem as Entidades terão o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data de publicação deste Regimento, excluído o dia do início e incluído o dia final, em analogia com o que prescreve o Artigo 184 do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

Parágrafo Único - Não serão aceitas as documentações fora do prazo previsto no item anterior.

DAS HOMOLOGAÇÕES DAS INSCRIÇÕES

Art. 8º - Serão homologadas as habilitações de tantas Entidades e Instituições quantas apresentarem tempestivamente os documentos acima arrolados desde que válidos e autenticados ou que seja conferido com o original.

I- Serão consideradas habilitadas as Entidades e Instituições que atenderem o prazo citado no artigo 8º deste Regimento.

II- Do resultado da apreciação dos documentos entregues, somente será admitido RECURSO DE REVISÃO interposto pela Entidade e Instituições que se sentir prejudicada no prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis no horário das 8:00 as 12:00 e das 14:00 as 18:00 horas no referido local de inscrição contados da data da publicação da Homologação do referido resultado, as entidades serão comunicadas através de e-mail e Ofício.

III - O RECURSO DE REVISÃO aludido acima será dirigido a Comissão Eleitoral - COE/CES/PA, a qual funcionará como primeira instância e decidirá o Recurso em 3 (três) dias úteis, bem como providenciará a publicação de sua decisão no Diário Oficial do Estado do Pará.

IV - Das decisões da COE/CES/PA cabe RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO no mesmo prazo do inciso anterior, a ser dirigida a comissão eleitoral e em última instância ao CONSELHO